

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 10 de agosto de 1995

Quem paga a conta da proteção?

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

As medidas do governo na esfera da política comercial desde o início do ano têm, em geral, redundado no aumento da proteção à produção interna em detrimento das importações. É natural que lobbies de empresários pretendam influir sobre o governo para que políticas setoriais lhes sejam favoráveis.

Menos natural é que o governo aceite, sem crítica cuidadosa, os lamentos de setores saudosos da reserva de mercado de que desfrutaram no passado, e reverta, mesmo que seletivamente, a abertura comercial. Elemento importante para viabilizar a reabertura do guichê de distribuição de favores governamentais tem sido o apoio político de partidos, facções e grupos políticos de esquerda, fora da coalizão governamental, que veem na volta à proteção um importante elemento na política de emprego.

Na experiência histórica pré-1930, na Europa, nos Estados Unidos, e mesmo na Argentina, a classe trabalhadora classicamente se opôs à proteção, em vista do seu impacto desfavorável sobre o poder de compra dos salários. Aliava-se, assim, ao setor exportador, interessado em custos baixos de produção. No Brasil, essa questão nunca se colocou, tanto em virtude da fraqueza das organizações sindicais, quanto da complacência do setor cafeeiro com a tarifa alta, dado que dispunha de poder de mercado para transferir custos mais altos ao preço internacional do café.

Nas economias maduras do período pós-Segunda Guerra Mundial, a decadência de determinados setores industriais estimulou a adoção de medidas protecionistas. Há unanimidade quanto ao seu enorme custo social. A proteção, ao aumentar os preços internos dos produtos afetados e estimular a produção interna ineficiente, gera custos que devem ser contrastados aos benefícios da manutenção de emprego no setor favorecido. Em geral os custos excedem amplamente os benefícios. O que explica a permanência destas distorções é a assimetria da capacidade de mobilização de interesses de produtores favorecidos e dos consumidores que pagam as contas.

O Brasil deve copiar os acertos, não os erros, da política comercial das economias maduras. O aumento de proteção à indústria favorece as empresas instaladas no setor e os seus empregados. Prejudica a sociedade como um todo, que poderia ter usado mais eficientemente os recursos utilizados na indústria protegida, e os consumidores, tanto de importados quanto de similares produzidos no País, que pagam mais pelo mesmo produto. No caso de bens de consumo popular, como os têxteis, é óbvio o interesse direto dos grupos de renda mais baixa na manutenção da abertura.

Mas nem no caso de bens de luxo, a abertura contraria o interesse coletivo. A visão de que a tarifa ou a cota sobre a compra de um BMW protege o emprego no País é equivocada. Todos perdem com as ineficiências geradas pela maior proteção. Se, por razões de equidade, o governo deseja penalizar a compra de automóveis de luxo deve fazê-lo através de um imposto como o IPI, sem discriminar contra importados.

Com a receita daí advinda o governo poderia estimular o emprego de uma forma mais eficiente, não necessariamente de metalúrgicos, no ABC ou em Betim. Por exemplo, na construção civil, gerando um número significativamente maior de postos de trabalho do que os ineficientemente preservados pelas políticas protecionistas.

Alternativamente, o governo poderia resolver com mais propriedade a espinhosa controvérsia relativa aos recursos adicionais para a saúde, sem uso do exótico imposto sobre movimentações financeiras. Para isso, entretanto, o governo teria que adotar postura menos complacente com relação às montadoras e aos demais setores à esfera de tratamento isonômico.

É obrigação do governo, em nome da equidade, defender o interesse dos segmentos menos organizados da classe trabalhadora que não fazem parte da santa aliança a favor da reversão da abertura comercial. A política de emprego que mais interessa à classe trabalhadora nada tem a ver com a volta ao protecionismo.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.